

Relatório de Supervisão das Entidades Vinculadas

Ano de 2023



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Antonio Waldez Góes da Silva

Ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional

Valder Ribeiro de Moura

Secretário-Executivo

Tito Lívio Pereira Queiroz e Silva

Secretário-Executivo Adjunto

Equipe Técnica:

Aléx Fabiano Ribeiro de Magalhães	Coordenador-Geral de Integração e Controle Técnico
Paula Regina Comin Cabral	Coordenadora de Integração Técnica
Franciane Soares Nascimento	Assistente
Maria Eduarda dos Reis Rodrigues	Técnica em Secretariado
Ana Karoline Martins Monteiro Andrade	Estagiária

Sumário

Resumo Executivo	2
Supervisão Ministerial	2
Metodologia	4
Análise dos Resultados.....	5
Conclusão	11
Anexo I – Base de dados e informações sobre as ações de Supervisão Ministerial do ano de 2023	13

Resumo Executivo

O presente Relatório de Supervisão Ministerial, elaborado pela Coordenação-Geral de Integração e Controle Técnico (CGIT/SE), tem o objetivo de apresentar o registro das atividades desenvolvidas pelas áreas que compõem o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR no âmbito da Supervisão Ministerial das entidades a ele vinculadas, com informações relativas ao ano de 2023.

Todas as informações levantadas foram disponibilizadas pelas áreas que compõem o MIDR, sendo estas compatibilizadas em uma única base de dados e informações, a qual foi utilizada para apresentar como se deram as ações de Supervisão Ministerial realizadas naquele ano.

O levantamento identificou que no ano de 2023 foram realizadas 112 ações de Supervisão Ministerial, sendo que, destas: 56 ações foram realizadas a partir da Secretaria-Executiva (SE); 22 ações foram realizadas a partir das áreas que compõem o Gabinete do Ministro (GM); 16 ações foram realizadas a partir da Secretaria Nacional de Fundos e Instrumentos Financeiros (SNFI); 13 ações foram realizadas a partir da Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial (SDR); e 5 ações foram realizadas a partir da Secretaria Nacional de Segurança Hídrica (SNSH).

Quanto às ações realizadas sobre cada Entidade Vinculada, identificou-se que naquele ano: 23 ações foram realizadas junto à Codevasf; 22 ações foram realizadas junto à Sudeco; 21 ações foram realizadas junto à Sudam; 20 ações foram realizadas junto à Sudene; 19 ações foram realizadas junto ao Dnocs; e 7 ações foram realizadas junto à ANA.

Ante as informações levantadas, concluiu-se pela importância da iniciativa, a partir da qual se buscou dar clareza sobre como se deram as ações de Supervisão do MIDR sobre as suas Entidades Vinculadas no ano de 2023, sobretudo acerca das modalidades e das políticas e ações às quais estão relacionadas, de maneira a facilitar o primeiro entendimento de como a supervisão foi realizada naquele ano. Também se conseguiu verificar algumas oportunidades de melhoria na metodologia de levantamento dos dados e informações, como por exemplo um eventual agrupamento, separação ou inclusão de itens relacionados às modalidades de supervisão e às políticas e ações sob responsabilidade do Ministério.

Como próximos passos da supervisão ministerial a partir da elaboração deste Relatório, busca-se um maior alinhamento ministerial com suas Entidades Vinculadas, esperando-se manter e aumentar a dinâmica de aproximação entre o órgão supervisor e os órgãos supervisionados, respeitando-se os limites de autonomia de cada um, mas com o espírito mútuo de colaboração e busca de um aperfeiçoamento da gestão de ambos os lados.

Supervisão Ministerial

A Supervisão Ministerial está regulamentada pelo Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 que, em seu art. 25, elenca seus principais objetivos, transcritos a seguir:

Art. 25. A supervisão ministerial tem por principal objetivo, na área de competência do Ministro de Estado:

I - Assegurar a observância da legislação federal.

II - Promover a execução dos programas do Governo.

III - Fazer observar os princípios fundamentais enunciados no Título II.

IV - Coordenar as atividades dos órgãos supervisionados e harmonizar sua atuação com a dos demais Ministérios.

V - Avaliar o comportamento administrativo dos órgãos supervisionados e diligenciar no sentido de que estejam confiados a dirigentes capacitados.

VI - Proteger a administração dos órgãos supervisionados contra interferências e pressões ilegítimas.

VII - Fortalecer o sistema do mérito.

VIII - Fiscalizar a aplicação e utilização de dinheiros, valores e bens públicos.

IX - Acompanhar os custos globais dos programas setoriais do Governo, a fim de alcançar uma prestação econômica de serviços.

X - Fornecer ao órgão próprio do Ministério da Fazenda os elementos necessários à prestação de contas do exercício financeiro.

XI - Transmitir ao Tribunal de Contas, sem prejuízo da fiscalização deste, informes relativos à administração financeira e patrimonial dos órgãos do Ministério.

Cabe ressaltar que a Supervisão Ministerial também está prevista na Constituição Federal de 1988, conforme disposto em seu art. 87, transscrito a seguir:

Art. 87. Os Ministros de Estado serão escolhidos dentre brasileiros maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos.

Parágrafo único. Compete ao Ministro de Estado, além de outras atribuições estabelecidas nesta Constituição e na lei:

I - exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração federal na área de sua competência e referendar os atos e decretos assinados pelo Presidente da República;

II - expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos;

III - apresentar ao Presidente da República relatório anual de sua gestão no Ministério;

IV - praticar os atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas pelo Presidente da República.

Ressalta-se, ainda que tomando como referência o Parágrafo Único do Art. 20, o Art. 23 e o Parágrafo Único do Art. 26, todos do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, foram elencadas as modalidades da atividade da Supervisão Ministerial, que foram classificadas como sendo ações de:

- Orientação;
- Coordenação;
- Controle das atividades;
- Formulação de diretrizes;
- Planejamento;
- Orçamento;
- Inspeção;
- Controle Financeiro;
- Indicação ou nomeação;
- Eleição dos dirigentes;
- Designação dos representantes do Governo Federal nos colegiados;
- Recebimento e análise de relatórios, boletins, balancetes, balanços e outras informações;
- Aprovação da proposta orçamentária e da programação financeira;

- Aprovação de contas, relatórios e balanços, diretamente ou através dos representantes;
- Fixação das despesas de pessoal e de administração;
- Fixação de critérios para gastos de publicidade, divulgação e relações públicas;
- Realização de auditoria e avaliação periódica de rendimento e produtividade;
- Intervenção, por motivo de interesse público;
- Controle, Integridade, Transparência e Risco;
- Outro.

A partir desses pressupostos normativos, bem como considerando a Portaria MDR nº 3.562, de 14 de dezembro de 2022, que prevê que a Supervisão Ministerial seja realizada a partir de articulações e ações de cada área com as Entidades Vinculadas, o presente relatório tem como principal objetivo relacionar as articulações e ações realizadas por cada área do MIDR no ano de 2023.

Cabe mais uma vez esclarecer que o trabalho de Supervisão Ministerial, no âmbito do MIDR, é realizado de maneira descentralizada, proporcionando a que cada área ministerial, dentro de suas competências, realize articulações e tomem ações junto às Entidades Vinculadas, buscando fomentar e promover uma melhoria na interlocução entre o Ministério e as Entidades a ele Vinculadas e vice-versa, de maneira a se incrementar a efetividade das políticas e ações desenvolvidas em conjunto e em benefício da sociedade brasileira.

Quanto às Entidades Vinculadas, são elencadas a seguir as autarquias e a empresa pública vinculadas ao MIDR, conforme o Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023:

- Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA (autarquia especial);
- Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf (empresa pública);
- Departamento Nacional de Obras contra as Secas – Dnocs (autarquia);
- Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - Sudam (autarquia);
- Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste - Sudeco (autarquia); e
- Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - Sudene (autarquia).

Lembrando-se mais uma vez a premissa de que a Supervisão Ministerial no âmbito do MIDR é descentralizada, coube à Coordenação-Geral de Integração e Controle Técnico (CGIT/SE) o papel de levantar e compatibilizar as informações fornecidas por todas as áreas que compõem o Ministério, de maneira a que essas informações fossem agrupadas em uma única base de dados e informações, que serviu de referência para a elaboração do presente Relatório.

Destaca-se, por fim, que este documento, uma vez avaliado e aprovado pelo Secretário-Executivo, será submetido à apreciação do Gabinete do Ministro o qual, após a apreciação e aprovação, promoverá o encaminhamento deste aos gestores máximos das Entidades Vinculadas e aos Presidentes dos Conselhos de Administração e Fiscal, quando houver.

Metodologia

A metodologia utilizada para a realização do Relatório de Supervisão Ministerial passou pelas fases de:

- Proposição e aprovação de um modelo de formulário padrão (Formulário de Supervisão Ministerial), com campos específicos para a coleta das informações consideradas relevantes no primeiro levantamento;
- Encaminhamento do Formulário de Supervisão Ministerial para todas as áreas que compõem o MIDR, para a coleta das informações;

- Recebimento das informações encaminhadas pelas áreas;
- Compatibilização das informações recebidas;
- Análise das informações recebidas;
- Elaboração do Relatório de Supervisão Ministerial;
- Disponibilização do Relatório de Supervisão Ministerial, para encaminhamento aos Dirigentes do MIDR e de suas Entidades Vinculadas.

Análise dos Resultados

Todos os resultados levantados foram consolidados em um único arquivo, contendo todas as ações de Supervisão Ministerial realizadas pelas áreas do MIDR no ano de 2023, as quais são apresentadas de maneira detalhada a partir do Anexo I deste Relatório.

Em linhas gerais, o levantamento identificou que no ano de 2023 foram realizadas 112 ações de Supervisão Ministerial, sendo que, destas: 56 ações foram realizadas a partir da Secretaria-Executiva (SE); 22 ações foram realizadas a partir das áreas que compõem o Gabinete do Ministro (GM); 16 ações foram realizadas a partir da Secretaria Nacional de Fundos e Instrumentos Financeiros (SNFI); 13 ações foram realizadas a partir da Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial (SDR); e 5 ações foram realizadas a partir da Secretaria Nacional de Segurança Hídrica (SNSH).

A partir da Tabela 1 e da Figura 1 são apresentadas as participações de cada uma das áreas na totalidade das ações de Supervisão Ministerial realizadas no âmbito do MIDR no ano de 2023.

Tabela 1: Participação de cada área do MIDR na totalidade das ações de Supervisão Ministerial realizadas no ano de 2023

Áreas do MIDR com ações de Supervisão Ministerial	Número das ações de supervisão ministerial realizadas em 2023
SE	56
GM	22
SNFI	16
SDR	13
SNSH	5



Figura 1: Participação de cada área do MIDR na totalidade das ações de Supervisão Ministerial realizadas no ano de 2023

Em termos de atuação sobre as Entidades Vinculadas ao MIDR, o levantamento identificou que no ano de 2023: 23 ações foram realizadas junto à Codevasf; 22 ações foram realizadas junto à Sudeco; 21 ações foram realizadas junto à Sudam; 20 ações foram realizadas junto à Sudene; 19 ações foram realizadas junto ao Dnocs; e 7 ações foram realizadas junto à ANA.

A partir da Tabela 2 e da Figura 2 são apresentadas as participações de cada uma das Entidades Vinculadas na totalidade das ações de Supervisão Ministerial realizadas no âmbito do MIDR no ano de 2023.

Tabela 2: Participação de cada uma das Entidades Vinculadas na totalidade das ações de Supervisão Ministerial realizadas no âmbito do MIDR no ano de 2023

Entidade Vinculada	Número das ações de supervisão ministerial realizadas em 2023
Codevasf	23
Sudeco	22
Sudam	21
Sudene	20
DNOCS	19
ANA	7



Figura 2: Participação de cada uma das Entidades Vinculadas na totalidade das ações de Supervisão Ministerial realizadas no âmbito do MIDR no ano de 2023

Quanto ao alinhamento das ações realizadas com as modalidades da atividade da Supervisão Ministerial, destaca-se, dentre outros, que: 13 ações possuem alinhamento com Orientações; 13 ações possuem alinhamento com o Recebimento e análise de relatórios, boletins, balancetes, balanços e outras informações; 9 ações possuem alinhamento com a temática de Orçamento; 9 ações possuem alinhamento com Planejamento; e 7 ações possuem alinhamento com Aprovação da proposta orçamentária e da programação financeira.

Do resultado obtido, entretanto, verificou-se que o maior número de ações foi apontado pelas áreas que compõem o MIDR como tendo ocorrido na modalidade “Outro”, o que promove uma dúvida ou distorção quanto à real modalidade em que cada ação se enquadra e prejudica o melhor entendimento e atuação do MIDR sobre o tema da supervisão ministerial. Dessa forma, como a lista de modalidades utilizada para os anos de 2023 e 2024 elencaram todas as possíveis modalidades citadas no Decreto-Lei nº 200/1967, entendeu-se que, para o levantamento a ser realizada no ano de 2025, a lista de modalidades necessitará passar por ajustes, de maneira a promover um eventual agrupamento, uma separação ou uma inclusão de itens, visando ao melhor entendimento sobre como se dá e como se pode melhorar a supervisão ministerial no âmbito do MIDR.

A partir da Tabela 3 e da Figura 3 são apresentadas as participações de cada uma das modalidades da atividade da Supervisão Ministerial realizadas no âmbito do MIDR no ano de 2023.

Tabela 3: Participação das modalidades da atividade da Supervisão Ministerial realizadas no âmbito do MIDR no ano de 2023

Modalidade da atividade de Supervisão Ministerial	Número das ações de supervisão ministerial realizadas em 2023
Outro	40
Orientação	13
Recebimento e análise de relatórios, boletins, balancetes, balanços e outras informações	13
Orçamento	9
Planejamento	9
Aprovação da proposta orçamentária e da programação financeira	7
Coordenação	6
Controle das atividades	5
Fixação das despesas de pessoal e de administração	5
Controle Financeiro	4
Controle, Integridade, Transparência e Risco	1

NÚMERO DAS AÇÕES DE SUPERVISÃO MINISTERIAL REALIZADAS EM 2023

- Outro
- Orientação
- Recebimento e análise de relatórios, boletins, balancetes, balanços e outras informações
- Orçamento
- Planejamento
- Aprovação da proposta orçamentária e da programação financeira
- Coordenação
- Controle das atividades
- Fixação das despesas de pessoal e de administração
- Controle Financeiro
- Controle, Integridade, Transparência e Risco

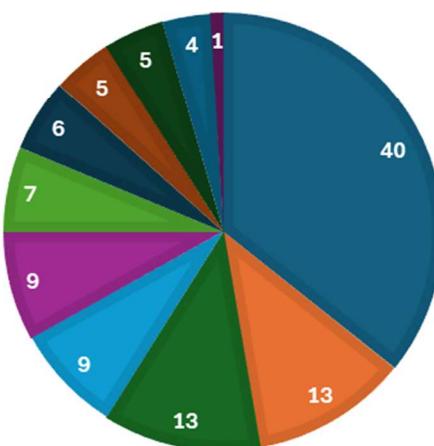


Figura 3: Participação das modalidades da atividade da Supervisão Ministerial realizadas no âmbito do MIDR no ano de 2023

Já em termos de alinhamento com as políticas e ações sob responsabilidade do MIDR, destaca-se que: 16 ações possuem alinhamento com a temática de Planos, programas, projetos e ações de desenvolvimento regional; 10 ações possuem alinhamento com os Planos, programas, projetos e ações de infraestrutura e garantia da segurança hídrica; 7 ações possuem alinhamento com os Planos, programas, projetos e ações de irrigação; 6 ações possuem alinhamento com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR; e 3 ações possuem alinhamento com o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO.

Também nesse caso, verificou-se que o maior número de ações foi apontado pelas áreas que compõem o MIDR como tendo ocorrido na modalidade “Outra”, o que também promove uma dúvida ou distorção quanto à real política ou ação em que cada ação se enquadra e prejudica o melhor entendimento e atuação do MIDR sobre o tema da supervisão ministerial. Dessa forma, como a lista de políticas e ações utilizada para os anos de 2023 e 2024 elencaram todas as possíveis políticas e ações constantes no Decreto nº 11.830/2023, entendeu-se que, para a levantamento a ser realizada no ano de 2025, a lista de políticas e ações necessitará passar por ajustes, de maneira a promover um eventual agrupamento, uma separação ou uma inclusão de

itens, visando ao melhor entendimento sobre como se dá e como se pode melhorar a supervisão ministerial no âmbito do MIDR.

A partir da Tabela 4 e da Figura 4 são apresentadas as participações de cada uma das políticas e ações na totalidade das ações de Supervisão Ministerial realizadas no âmbito do MIDR no ano de 2023.

Tabela 4: Participação das políticas e ações na totalidade das ações de Supervisão Ministerial realizadas no ano de 2023

Políticas e Ações do MIDR	Número das ações de supervisão ministerial realizadas em 2023
Outra	39
Planos, programas, projetos e ações de desenvolvimento regional	16
Não se aplica	12
Planos, programas, projetos e ações de infraestrutura e garantia da segurança hídrica	10
Mais de uma política e/ou ação	8
Planos, programas, projetos e ações de irrigação	7
Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR	6
Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO	3
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE	3
Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO	3
Política Nacional de Irrigação	2
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA	1
Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO	1
Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE	1

NÚMERO DAS AÇÕES DE SUPERVISÃO MINISTERIAL REALIZADAS EM 2023

- Outra
- Planos, programas, projetos e ações de desenvolvimento regional
- Não se aplica
- Planos, programas, projetos e ações de infraestrutura e garantia da segurança hídrica
- Mais de uma política e/ou ação
- Planos, programas, projetos e ações de irrigação
- Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR
- Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO
- Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE
- Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO
- Política Nacional de Irrigação
- Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA
- Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO
- Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE

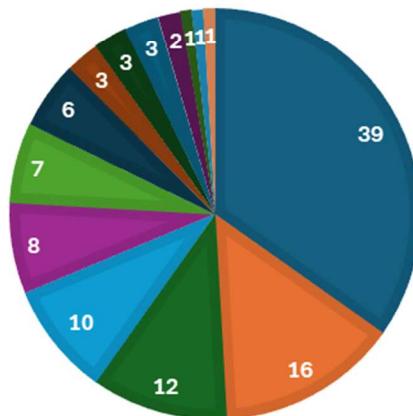


Figura 4: Participação das políticas e ações na totalidade das ações de Supervisão Ministerial realizadas no ano de 2023

Todos os resultados levantados e consolidados, contendo as ações de Supervisão Ministerial realizadas pelas áreas do MIDR no ano de 2023, são apresentadas de maneira detalhada a partir do Anexo I deste Relatório

Conclusão

Ante as informações levantadas, mesmo ainda sendo o primeiro levantamento desse tipo que foi realizado no âmbito do MIDR, concluiu-se pela importância da iniciativa, a partir da qual se buscou dar clareza sobre como se deram as ações de Supervisão do MIDR sobre as suas Entidades Vinculadas no ano de 2023, sobretudo acerca das modalidades e das políticas e ações às quais estão relacionadas, de maneira a facilitar o primeiro entendimento de como a supervisão foi realizada naquele ano.

Como oportunidades de melhoria identificadas nos Relatórios de Supervisão dos anos de 2023 e 2024, a serem implementadas nos próximos Relatórios, cita-se a necessidade de ajustes na metodologia de levantamento dos dados e informações, como por exemplo um eventual agrupamento, separação ou

inclusão de itens relacionados às modalidades de supervisão e às políticas e ações sob responsabilidade do Ministério, visando ao melhor entendimento sobre como se dá e como se pode melhorar a supervisão ministerial no âmbito do MIDR.

Já como próximos passos da supervisão ministerial a partir da elaboração deste Relatório, busca-se um maior alinhamento ministerial com suas Entidades Vinculadas, esperando-se manter e aumentar a dinâmica de aproximação entre o órgão supervisor e os órgãos supervisionados, respeitando-se os limites de autonomia de cada um, mas com o espírito mútuo de colaboração e busca de um aperfeiçoamento da gestão de ambos os lados.

Anexo I – Base de dados e informações sobre as ações de Supervisão Ministerial do ano de 2023

Relatório das atividades de supervisão ministerial de 2023											
						(preencher as colunas abaixo apenas se a resposta da coluna anterior for não)					
Secretaria	Diretoria	N. SEI	Entidade vinculada (escolher uma opção na lista em cada célula; caso mais de uma entidade vinculada participe da atividade é necessário preencher uma linha para cada entidade vinculada)	Modalidade da atividade de supervisão ministerial (escolher uma opção na lista em cada célula)	Alinhamento da atividade de supervisão ministerial com as políticas sob gestão do MIDR (escolher uma opção na lista em cada célula)	É uma atividade contínua ou de múltiplas reuniões? (somente se a resposta for não será necessário preencher as colunas Data, Local e Participantes)	Data (informar a data em que ocorreu a atividade)	Local (informar o local onde ocorreu a atividade realizada)	Participantes (informar as siglas das áreas participantes, considerando até o segundo nível da hierarquia organizacional)	Descrição da atividade da supervisão ministerial (informar a ação realizada; caso mais de uma entidade vinculada participe da atividade é necessário preencher uma linha para cada entidade vinculada)	Descrição do resultado alcançado a partir da atividade realizada (resultado obtido com a atividade realizada)
SE	CGIT	-	Codevasf	Orientação	Política Nacional de Irrigação	Sim				Realização de reunião para orientar a Codevasf quanto à obrigatoriedade do cumprimento do Art. 42 da Constituição Federal, que estipula o percentual de investimento do MIDR em irrigação e agricultura familiar no Nordeste e Centro-Oeste.	Cumprimentos do Art. 42 da Constituição Federal, quanto o percentual de investimento do MIDR em irrigação e agricultura familiar no Nordeste e Centro-Oeste no ano de 2023 pela Codevasf. (o tema não foi tratado no ambiente SEI)
SE	CGIT	-	Sudeco	Orientação	Política Nacional de Irrigação	Sim				Realização de reunião para orientar a Sudeco quanto à obrigatoriedade do cumprimento do Art. 42 da Constituição Federal, que estipula o percentual de investimento do MIDR em irrigação agricultura familiar no Nordeste e Centro-Oeste.	Cumprimentos do Art. 42 da Constituição Federal, quanto o percentual de investimento do MIDR em irrigação no Nordeste e Centro-Oeste no ano de 2023 pela Sudeco. (o tema não foi tratado no ambiente SEI)
SE	CGIT	-	Sudeco	Recebimento e análise de relatórios, boletins, balanços, balanços e outras informações	Mais de uma política e/ou ação	Sim				Reuniões preparatórias para a próxima Reunião Ordinária do COARIDE DF e Entorno.	Alinhamento de informações entre o MIDR e a Sudeco quanto aos assuntos a serem discutidos na próxima Reunião Ordinária do COARIDE DF e Entorno.
SE	CGIT	-	Sudene	Recebimento e análise de relatórios, boletins, balanços, balanços e outras informações	Mais de uma política e/ou ação	Sim				Reuniões preparatórias para a próxima Reunião Ordinária do COARIDE Juazeiro e Petrolina.	Alinhamento de informações entre o MIDR e a Sudene quanto aos assuntos a serem discutidos na próxima Reunião Ordinária do COARIDE Juazeiro e Petrolina.
SE	CGIT	-	Codevasf	Recebimento e análise de relatórios, boletins, balanços, balanços e outras informações	Outra	Sim				Análise, proposição de alterações e manifestação sobre a proposta de pactuação do Programa de Remuneração Variável Anual (RVA), cujo texto necessita da aprovação e do encaminhamento à SEST/MGI pelo SE/MIDR.	Primeira pactuação do Programa RVA entre a SEST/MGI e a Codevasf, ocorrido no ano de 2023 (Processo SEI 59000.007044/2023-16).
SNSH	DPE	5594938	DNOCS	Controle das atividades	Planos, programas, projetos e ações de infraestrutura e garantia da segurança hídrica	Sim				Acompanhamento, supervisão e monitoramento de Termos de Execução Descentralizada com emissão de pareceres para descentralização de créditos - A supervisão da Unidade refere-se aos TEDs de recuperação e modernização dos reservatórios estratégicos do PISF, ação realizada pelo DNOCS com recursos do MIDR para aumentar o alcance da água do PISF aos estados beneficiários.	Ao final de todo o apoio prestado pelo DPE a DNOCS em 2023, referente aos TEDs nº TED 03/2013 - MI, TED DNOCS 02/2019, TED DNOCS 02/2016, foi emitida 4 (quatro) Notas Técnicas e 25 (vinte e cinco) Pareceres Técnicos referentes aos Reservatórios estratégicos do PISF.
SNSH	DPE	5594938	Codevasf	Controle das atividades	Planos, programas, projetos e ações de infraestrutura e garantia da segurança hídrica	Sim				Acompanhamento, supervisão e monitoramento de Termos de Execução Descentralizada com emissão de pareceres para descentralização de créditos - A supervisão da unidade refere-se ao TED com a Codevasf celebrados para a realização da compra de energia que viabiliza a operação do PISF.	Ao final do acompanhamento realizado pelo DPE junto à CODEVASF em 2024, foram emitidas 12 Notas Técnicas e 2 pareceres no âmbito dos TEDs nº 926219/2022-SNSH/MDR e TED 07/2021, relacionadas à compra de energia elétrica do PISF.
SNSH	DPE	5594938	Codevasf	Controle das atividades	Planos, programas, projetos e ações de infraestrutura e garantia da segurança hídrica	Sim				Acompanhamento, supervisão e monitoramento das ações de operação e manutenção do Eixo Leste do PISF realizadas pela Codevasf.	No período eram realizadas reuniões quinzenais com a Codevasf, para avaliação da O&M do eixo leste do PISF; reuniões gerenciais mensais eram realizadas com a participação do MIDR / Codevasf / COP Eixo Leste (contratado da Codevasf para operar e manter o eixo leste), para avaliação do mês antecessor, planejamento do mês subsequente e diagnóstico de atendimento do PGA. O resultado alcançado das atividades realizadas, foi o atendimento ao PGA e consequente fornecimento de água para os estados beneficiados (Pernambuco e Paraíba).
SNSH	DOF	5553504	DNOCS	Recebimento e análise de relatórios, boletins, balanços, balanços e outras informações	Planos, programas, projetos e ações de infraestrutura e garantia da segurança hídrica	Sim				Acompanhamento, supervisão e monitoramento de TED's com emissão de pareceres e notas para fins de avaliação do cumprimento do objeto e de propriedade de termos aditivos e apostilamentos que não impliquem em alteração do Plano de Trabalho. Acompanhamento, supervisão e monitoramento de Termos de Execução Descentralizada com emissão de pareceres para descentralização de créditos	A partir de 06/2023 foram emitidos 4 pareceres sobre o cumprimento do objeto e descentralização de créditos do MIDR à entidade vinculada.
SNSH	DOF	5553504	Codevasf	Recebimento e análise de relatórios, boletins, balanços, balanços e outras informações	Planos, programas, projetos e ações de infraestrutura e garantia da segurança hídrica	Sim				Acompanhamento, supervisão e monitoramento de TED's com emissão de pareceres e notas para fins de avaliação do cumprimento do objeto e de propriedade de termos aditivos e apostilamentos que não impliquem em alteração do Plano de Trabalho. Acompanhamento, supervisão e monitoramento de Termos de Execução Descentralizada com emissão de pareceres para descentralização de créditos	A partir de 06/2023 foram emitidos 15 documentos entre notas técnicas e pareceres sobre o cumprimento do objeto e descentralização de créditos do MIDR à entidade vinculada.
SNFI	DPP	5625542	Codevasf	Controle das atividades	Planos, programas, projetos e ações de irrigação	Sim	out/23	Brasília	Área de Irrigação e Operações (AI)	Prospecção de mercado, envio de convite a empresários e agendamento para participação no Roadshow do leilão do Projeto Hidroagrícola Jequitai/MG	Foi atualizada a relação de potenciais investidores, enviados os convites e realizadas em out/23 dez reuniões com empresários potenciais investidores interessados no leilão da concessão do Projeto de Aproveitamento Hidroagrícola Jequitai.
SNFI	DPP	5625542	Codevasf	Controle das atividades	Planos, programas, projetos e ações de irrigação	Sim		Brasília	Área de Irrigação e Operações (AI)	Acompanhamento da gestão do contrato de concessão do Projeto Público de Irrigação Baixio de Irecê/BA	Foram realizadas reuniões com a Codevasf com participação da SEPPi e do concessionária Germinal, para tratar de entraves relacionados com o fornecimento de energia, crédito e licenciamento ambiental. Como consequência, foi feita articulação com o Inema, BNB e Neoenergia.
SNFI	DPP	5625542	DNOCS	Recebimento e análise de relatórios, boletins, balanços, balanços e outras informações	Planos, programas, projetos e ações de irrigação	Sim		Brasília	Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Produção	Gestão do contrato de PMI para consultoria para elaboração de estudos de viabilidade de concessão de 5 projetos públicos de irrigação, e análise e revisão dos estudos.	Foram feitos 2 aditivos de prazo ao termo de autorização do PMI Dnocs, com vigência até 31/05/24. Apresentada a primeira versão dos estudos do PPI Platôs de Guadalupe. Acompanhamento, avaliação e revisão dos estudos realizados com participação da CGPAI/SNFI, DIR/SNSH, DNOCS e SEPPi/CC.
SNFI	DPP	5625542	DNOCS	Outro	Planos, programas, projetos e ações de irrigação	Não		Brasília	Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Produção	Elaboração de termo de referência, participação no processo seletivo, gerenciamento de contrato e avaliação de dois produtos para estudos de pré-viabilidade para concessão de 5 projetos públicos de irrigação no Nordeste e 3 no Centro Oeste, com interveniência do PNUD.	O edital para contratação do consultor para o Centro Oeste foi cancelado. Foi selecionado um consultor para os estudos da região Nordeste. Houve atraso na elaboração do primeiro produto, com entrega prevista para dez/23. O prazo foi renegociado para 2024.
SNFI	DPNFI	5618830	Sudam	Orientação	Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA	Sim				A Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Incentivos (CGFDI) verifica se as resoluções dos Conselhos Deliberativos da SUDAM estão aderentes à Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), conforme estabelecido pelo Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024. Essa atribuição está alinhada às diretrizes e orientações previstas na Portaria MIDR nº 2.252, de 4 de julho de 2023, e suas alterações introduzidas pela Portaria MIDR nº 3.646, de 29 de outubro de 2024, garantindo que as decisões tomadas pelos órgãos regionais estejam em conformidade com as políticas de desenvolvimento e redução das desigualdades regionais.	Verificou-se a aderência das resoluções do Conselho/Sudam à PNDR, conforme Decreto nº 11.962/2024 e as Portarias MIDR nº 2252/2023 e nº 3646/2024.

Relatório das atividades de supervisão ministerial de 2023											
						(preencher as colunas abaixo apenas se a resposta da coluna anterior for não)					
Secretaria	Diretoria	N. SEI	Entidade vinculada (escolher uma opção na lista em cada célula; caso mais de uma entidade vinculada participe da atividade é necessário preencher uma linha para cada entidade vinculada)	Modalidade da atividade de supervisão ministerial (escolher uma opção na lista em cada célula)	Alinhamento da atividade de supervisão ministerial com as políticas sob gestão do MIDR (escolher uma opção na lista em cada célula)	É uma atividade contínua ou de múltiplas reuniões? (somente se a resposta for não será necessário preencher as colunas Data, Local e Participantes)	Data (informar a data em que ocorreu a atividade)	Local (informar o local onde ocorreu a atividade realizada)	Participantes (informar as siglas das áreas participantes, considerando até o segundo nível da hierarquia organizacional)	Descrição da atividade da supervisão ministerial (informar a ação realizada; caso mais de uma entidade vinculada participe da atividade é necessário preencher uma linha para cada entidade vinculada)	Descrição do resultado alcançado a partir da atividade realizada (resultado obtido com a atividade realizada)
SNFI	DPNFI	5618830	Sudene	Orientação	Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE	Sim				A Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Incentivos (CGFDI) verifica se as resoluções do Conselho Deliberativo da SUDENE estão aderentes à Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), conforme estabelecido pelo Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024. Essa atribuição está alinhada às diretrizes e orientações previstas na Portaria MIDR nº 2.252, de 4 de julho de 2023, e suas alterações introduzidas pela Portaria MIDR nº 3.646, de 29 de outubro de 2024, garantindo que as decisões tomadas pelos órgãos regionais estejam em conformidade com as políticas de desenvolvimento e redução das desigualdades regionais.	Verificou-se a aderência das resoluções do Condel/Sudene à PNDR, conforme Decreto nº 11.962/2024 e as Portarias MIDR nº 2252/2023 e nº 3646/2024.
SNFI	DPNFI	5618830	Sudeco	Orientação	Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO	Sim				A Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Incentivos (CGFDI) verifica se as resoluções do Conselho Deliberativo da SUDECO estão aderentes à Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), conforme estabelecido pelo Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024. Essa atribuição está alinhada às diretrizes e orientações previstas na Portaria MIDR nº 2.252, de 4 de julho de 2023, e suas alterações introduzidas pela Portaria MIDR nº 3.646, de 29 de outubro de 2024, garantindo que as decisões tomadas pelos órgãos regionais estejam em conformidade com as políticas de desenvolvimento e redução das desigualdades regionais.	Verificou-se a aderência das resoluções do Condel/Sudeco à PNDR, conforme Decreto nº 11.962/2024 e as Portarias MIDR nº 2252/2023 e nº 3646/2024.
SNFI	DPNFI	5622354	Sudam	Outro	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO	Sim				Análise em conjunto com a equipe técnica da Sudam referente à Programação Anual do FNO, que consiste na elaboração de um Parecer conjunto entre as equipes técnicas daquela Autarquia e da SNFI, no qual são feitas a análise e as sugestões de aprovação ou ajustes na proposta de Orçamento e Programa do Fundo, e posteriormente encaminhadas à apreciação do Condel/Sudam.	Aprovação da Programação FNO, para o exercício de 2024.
SNFI	DPNFI	5622354	Sudene	Outro	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE	Sim				Análise em conjunto com a equipe técnica da Sudene referente à Programação Anual do FNE, que consiste na elaboração de um Parecer conjunto entre as equipes técnicas daquela Autarquia e da SNFI, no qual são feitas a análise e as sugestões de aprovação ou ajustes na proposta de Orçamento e Programa do Fundo, e posteriormente encaminhadas à apreciação do Condel/Sudene.	Aprovação da Programação FNE, para o exercício de 2024.
SNFI	DPNFI	5622354	Sudeco	Outro	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO	Sim				Análise em conjunto com a equipe técnica da Sudeco referente à Programação Anual do FCO, que consiste na elaboração de um Parecer conjunto entre as equipes técnicas daquela Autarquia e da SNFI, no qual são feitas a análise e as sugestões de aprovação ou ajustes na proposta de Orçamento e Programa do Fundo, e posteriormente encaminhadas à apreciação do Condel/Sudeco.	Aprovação da Programação FCO, para o exercício de 2024.
SNFI	DPNFI	5622354	Sudam	Outro	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO	Sim				Análise em conjunto com a equipe técnica da Sudam referente ao relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos pelo FNO, que consiste na elaboração de Parecer conjunto entre a Autarquia e a SNFI, no qual são feitas a análise e a sugestão de aprovação e/ou a indicação de recomendações ao Banco e posterior apreciação pelo Condel/Sudam, podendo este aprovar o relatório e sugerir novas recomendações ao Banco Administrador do FNO.	Aprovação do relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos pelo FNO, referente ao exercício de 2022, e encaminhamento de recomendações ao Banco da Amazônia.
SNFI	DPNFI	5622354	Sudene	Outro	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE	Sim				Análise em conjunto com a equipe técnica da Sudene referente ao relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos pelo FNE, que consiste na elaboração de Parecer conjunto entre a Autarquia e a SNFI, no qual são feitas a análise e a sugestão de aprovação e/ou a indicação de recomendações ao Banco e posterior apreciação pelo Condel/Sudene, podendo este aprovar o relatório e sugerir novas recomendações ao Banco Administrador do FNE.	Aprovação do relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos pelo FNE, referente ao exercício de 2022, e encaminhamento de recomendações ao Banco do Nordeste.
SNFI	DPNFI	5622354	Sudeco	Outro	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO	Sim				Análise em conjunto com a equipe técnica da Sudeco referente ao relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos pelo FCO, que consiste na elaboração de Parecer conjunto entre a Autarquia e a SNFI, no qual são feitas a análise e a sugestão de aprovação e/ou a indicação de recomendações ao Banco e posterior apreciação pelo Condel/Sudeco, podendo este aprovar o relatório e sugerir novas recomendações ao Banco Administrador do FCO.	Aprovação do relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos pelo FCO, referente ao exercício de 2022, e encaminhamento de recomendações ao Banco do Brasil.
SNFI	DPNFI	5622354	Sudam	Orientação	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO	Sim				Análise dos Planos de Trabalho referentes às atividades de avaliação dos impactos econômicos e sociais decorrentes da aplicação do FNO, elaborados pela Sudam.	-
SNFI	DPNFI	5622354	Sudene	Orientação	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE	Sim				Análise dos Planos de Trabalho referentes às atividades de avaliação dos impactos econômicos e sociais decorrentes da aplicação do FNE, elaborados pela Sudene.	-
SNFI	DPNFI	5622354	Sudeco	Orientação	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO	Sim				Análise dos Planos de Trabalho referentes às atividades de avaliação dos impactos econômicos e sociais decorrentes da aplicação do FCO, elaborados pela Sudeco.	-
SE	DIGEC	5631314	DNOCS	Planejamento	Planos, programas, projetos e ações de infraestrutura e garantia da segurança hídrica	Sim				Apoio à unidade vinculada em sua participação no âmbito do PEI-MIDR e PPA	Elaboração e monitoramento dos atributos de planejamento sob responsabilidade da entidade vinculada
SE	DIGEC	5631314	DNOCS	Orçamento	Planos, programas, projetos e ações de infraestrutura e garantia da segurança hídrica	Sim				Apoio à unidade vinculada na elaboração da etapa qualitativa do PLOA	Cadastro de ações da entidade vinculada aprimorado
SE	DIGEC	5631314	ANA	Planejamento	Planos, programas, projetos e ações de infraestrutura e garantia da segurança hídrica	Sim				Apoio à unidade vinculada em sua participação no âmbito do PEI-MIDR e PPA	Elaboração e monitoramento dos atributos de planejamento sob responsabilidade da entidade vinculada
SE	DIGEC	5631314	Codevasf	Planejamento	Planos, programas, projetos e ações de desenvolvimento regional	Sim				Apoio à unidade vinculada em sua participação no âmbito do PEI-MIDR e PPA	Elaboração e monitoramento dos atributos de planejamento sob responsabilidade da entidade vinculada
SE	DIGEC	5631314	Codevasf	Orçamento	Planos, programas, projetos e ações de desenvolvimento regional	Sim				Apoio à unidade vinculada na elaboração da etapa qualitativa do PLOA	Cadastro de ações da entidade vinculada aprimorado
SE	DIGEC	5631314	Sudam	Planejamento	Planos, programas, projetos e ações de desenvolvimento regional	Sim				Apoio à unidade vinculada em sua participação no âmbito do PEI-MIDR e PPA	Elaboração e monitoramento dos atributos de planejamento sob responsabilidade da entidade vinculada

Relatório das atividades de supervisão ministerial de 2023											
						(preencher as colunas abaixo apenas se a resposta da coluna anterior foi não)					
Secretaria	Diretoria	N. SEI	Entidade vinculada (escolher uma opção na lista em cada célula; caso mais de uma entidade vinculada participe da atividade é necessário preencher uma linha para cada entidade vinculada)	Modalidade da atividade de supervisão ministerial (escolher uma opção na lista em cada célula)	Alinhamento da atividade de supervisão ministerial com as políticas sob gestão do MIDR (escolher uma opção na lista em cada célula)	É uma atividade contínua ou de múltiplas reuniões? (somente se a resposta for não será necessário preencher as colunas Data, Local e Participantes)	Data (informar a data em que ocorreu a atividade)	Local (informar o local onde ocorreu a atividade realizada)	Participantes (informar as siglas das áreas participantes, considerando até o segundo nível da hierarquia organizacional)	Descrição da atividade de supervisão ministerial (informar a ação realizada; caso mais de uma entidade vinculada participe da atividade é necessário preencher uma linha para cada entidade vinculada)	Descrição do resultado alcançado a partir da atividade realizada (resultado obtido com a atividade realizada)
SE	DIGEC	5631314	Sudam	Orçamento	Planos, programas, projetos e ações de desenvolvimento regional	Sim				Apoio à unidade vinculada na elaboração da etapa qualitativa do PLOA	Cadastro de ações da entidade vinculada aprimorado
SE	DIGEC	5631314	Sudeco	Planejamento	Planos, programas, projetos e ações de desenvolvimento regional	Sim				Apoio à unidade vinculada em sua participação no âmbito do PEI-MIDR e PPA	Elaboração e monitoramento dos atributos de planejamento sob responsabilidade da entidade vinculada
SE	DIGEC	5631314	Sudeco	Orçamento	Planos, programas, projetos e ações de desenvolvimento regional	Sim				Apoio à unidade vinculada na elaboração da etapa qualitativa do PLOA	Cadastro de ações da entidade vinculada aprimorado
SE	DIGEC	5631314	Sudene	Planejamento	Planos, programas, projetos e ações de desenvolvimento regional	Sim				Apoio à unidade vinculada em sua participação no âmbito do PEI-MIDR e PPA	Elaboração e monitoramento dos atributos de planejamento sob responsabilidade da entidade vinculada
SE	DIGEC	5631314	Sudene	Orçamento	Planos, programas, projetos e ações de desenvolvimento regional	Sim				Apoio à unidade vinculada na elaboração da etapa qualitativa do PLOA	Cadastro de ações da entidade vinculada aprimorado
SDR	DPDR	5633597	Sudam	Planejamento	Planos, programas, projetos e ações de desenvolvimento regional	Sim				Apoio à unidade vinculada na elaboração do seu Plano Regional de Desenvolvimento	Elaboração de documento e aprovação junto ao conselho Deliberativo da Sudam
SDR	DPDR	5633597	Sudeco	Planejamento	Planos, programas, projetos e ações de desenvolvimento regional	Sim				Apoio à unidade vinculada na elaboração do seu Plano Regional de Desenvolvimento	Elaboração de documento e aprovação junto ao conselho Deliberativo da Sudeco
SDR	DPDR	5633597	Sudene	Planejamento	Planos, programas, projetos e ações de desenvolvimento regional	Sim				Apoio à unidade vinculada na elaboração do seu Plano Regional de Desenvolvimento	Elaboração de documento e aprovação junto ao conselho Deliberativo da Sudene
SDR	CGINF	5635362	Sudam	Outro	Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR	Sim	45114	Brasília	Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas	Coordenação do processo de monitoramento e subsídio à governança da PNDR.	Regulamentação do NIR e composição dos Grupos de Trabalho instituídos.
SDR	CGINF	5635362	Sudeco	Outro	Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR	Sim	45114	Brasília	Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas	Coordenação do processo de monitoramento e subsídio à governança da PNDR.	Regulamentação do NIR e composição dos Grupos de Trabalho instituídos.
SDR	CGINF	5635362	Sudene	Outro	Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR	Sim	45114	Brasília	Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas	Coordenação do processo de monitoramento e subsídio à governança da PNDR.	Regulamentação do NIR e composição dos Grupos de Trabalho instituídos.
SDR	CGINF	5635362	Sudam	Outro	Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR	Sim	45156	Brasília	Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas	Coordenação do processo de monitoramento e subsídio à governança da PNDR.	Regulamentação do NIR e composição dos Grupos de Trabalho instituídos.
SDR	CGINF	5635362	Sudeco	Outro	Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR	Sim	45156	Brasília	Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas	Coordenação do processo de monitoramento e subsídio à governança da PNDR.	Regulamentação do NIR e composição dos Grupos de Trabalho instituídos.
SDR	CGINF	5635362	Sudene	Outro	Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR	Sim	45156	Brasília	Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas	Coordenação do processo de monitoramento e subsídio à governança da PNDR.	Regulamentação do NIR e composição dos Grupos de Trabalho instituídos.
SDR	CGOF	5609591	DNOCS	Recebimento e análise de relatórios, boletins, balancetes, balanços e outras informações	Planos, programas, projetos e ações de desenvolvimento regional	Sim	Início da Execução Orçamentária e Financeira	Fim da Execução Orçamentária e Financeira	Área técnica, Área Meio e Área Fim	Por meio da apresentação de relatórios e boletins de medições, as entidades vinculadas encaminham Minutas de Termos e Planos de Aditivos referentes aos pedidos de prorrogação de vigência, alteração de grupo de natureza de despesas, utilização do saldo de rendimentos de aplicação, dentre outros. A supervisão Ministerial atua nos seguintes aspectos: avaliação, análise e supervisão dos pedidos recebidos, verificando sua conformidade com a legislação vigente, normas internas e diretrizes; analisa-se, ainda, os impactos e benefícios quanto à extensão dos prazos de vigência, assegurando que os objetivos estabelecidos sejam alcançados de acordo com o objeto pactuado. Após as análises emite-se pareceres e notas técnicas.	Em relação às atividades de supervisão, assegura-se que todas as solicitações passem por um processo de avaliação, considerando a conformidade com a legislação vigente, a necessidade e os impactos das prorrogações. A emissão de pareceres e notas técnicas fornece respaldo técnico quanto às tomadas de decisões, garantindo que os objetivos pactuados sejam alcançados de maneira eficiente.
SDR	CGOF	5609591	DNOCS	Aprovação da proposta orçamentária e da programação financeira	Planos, programas, projetos e ações de desenvolvimento regional	Sim	Início da Execução Orçamentária e Financeira	Fim da Execução Orçamentária e Financeira	Área técnica, Área Meio e Área Fim	A supervisão ministerial garante que a alocação de recursos públicos seja realizada de forma eficaz e em conformidade com as normas estabelecidas. O processo de análise dos pedidos de créditos orçamentários envolve uma verificação detalhada com o intuito de analisar se as solicitações estão alinhadas com os programas e planos de ações orçamentárias sob a competência desta Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial, além de observar se estão alinhados com as legislações e normativos vigentes em relação à execução orçamentária. Quanto à liberação de recursos financeiros, verifica-se se o instrumento está apto a receber recursos, além do mais, é necessário verificar se os recursos estão disponíveis e se a liberação está dentro dos limites financeiros estabelecidos. Após a análise e a aprovação, os despachos que autorizam a descentralização dos créditos orçamentários são enviados, e, posteriormente, com a liquidação da despesa, é realizada a liberação dos recursos financeiros, respeitando a disponibilidade orçamentária (Restos a Pagar ou Exercício).	Mediante às análises e verificações quanto à execução orçamentária, por meio da descentralização de créditos, e a liberação dos recursos financeiros visa a correta aplicação dos recursos federais evitando despesas desnecessárias de recursos os quais comprometam a execução dos projetos e objetos pactuados.
SDR	CGOF	5609591	CODEVASF	Recebimento e análise de relatórios, boletins, balancetes, balanços e outras informações	Planos, programas, projetos e ações de desenvolvimento regional	Sim	Início da Execução Orçamentária e Financeira	Fim da Execução Orçamentária e Financeira	Área técnica, Área Meio e Área Fim	Por meio da apresentação de relatórios e boletins de medições, as entidades vinculadas encaminham Minutas de Termos e Planos de Aditivos referentes aos pedidos de prorrogação de vigência, alteração de grupo de natureza de despesas, utilização do saldo de rendimentos de aplicação, dentre outros. A supervisão Ministerial atua nos seguintes aspectos: avaliação, análise e supervisão dos pedidos recebidos, verificando sua conformidade com a legislação vigente, normas internas e diretrizes; analisa-se, ainda, os impactos e benefícios quanto à extensão dos prazos de vigência, assegurando que os objetivos estabelecidos sejam alcançados de acordo com o objeto pactuado. Após as análises emite-se pareceres e notas técnicas.	Em relação às atividades de supervisão, assegura-se que todas as solicitações passem por um processo de avaliação, considerando a conformidade com a legislação vigente, a necessidade e os impactos das prorrogações. A emissão de pareceres e notas técnicas fornece respaldo técnico quanto às tomadas de decisões, garantindo que os objetivos pactuados sejam alcançados de maneira eficiente.

Relatório das atividades de supervisão ministerial de 2023											
						(preencher as colunas abaixo apenas se a resposta da coluna anterior foi não)					
Secretaria	Diretoria	N. SEI	Entidade vinculada (escolher uma opção na lista em cada célula; caso mais de uma entidade vinculada participe da atividade é necessário preencher uma linha para cada entidade vinculada)	Modalidade da atividade de supervisão ministerial (escolher uma opção na lista em cada célula)	Alinhamento da atividade de supervisão ministerial com as políticas sob gestão do MIDR (escolher uma opção na lista em cada célula)	É uma atividade contínua ou de múltiplas reuniões? (somente se a resposta for não será necessário preencher as colunas Data, Local e Participantes)	Data (informar a data em que ocorreu a atividade)	Local (informar o local onde ocorreu a atividade realizada)	Participantes (informar as siglas das áreas participantes, considerando até o segundo nível da hierarquia organizacional)	Descrição da atividade da supervisão ministerial (informar a ação realizada; caso mais de uma entidade vinculada participe da atividade é necessário preencher uma linha para cada entidade vinculada)	Descrição do resultado alcançado a partir da atividade realizada (resultado obtido com a atividade realizada)
SDR	CGOF	5609591	CODEVASF	Aprovação da proposta orçamentária e da programação financeira	Planos, programas, projetos e ações de desenvolvimento regional	Sim	Início da Execução Orçamentária e Financeira	Fim da Execução Orçamentária e Financeira	Área técnica, Área Meio e Área Fim	A supervisão ministerial garante que a alocação de recursos públicos seja realizada de forma eficaz e em conformidade com as normas estabelecidas. O processo de análise dos pedidos de créditos orçamentários envolve uma verificação detalhada com o intuito de analisar se as solicitações estão alinhadas com os programas e planos de ações orçamentárias sob a competência desta Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial, além de observar se estão alinhados com as legislações e normativos vigentes em relação à execução orçamentária. Quanto à liberação de recursos financeiros, verifica-se se o instrumento está apto a receber recursos, além do mais, é necessário verificar se os recursos estão disponíveis e se a liberação está dentro dos limites financeiros estabelecidos. Após a análise e a aprovação, os despachos que autorizam a descentralização dos créditos orçamentários são enviados, e, posteriormente, com a liquidação da despesa, é realizada a liberação dos recursos financeiros, respeitando a disponibilidade orçamentária (Restos a Pagar ou Exercício).	Mediante às análises e verificações quanto à execução orçamentária, por meio da descentralização de créditos, e a liberação dos recursos financeiros visa a correta aplicação dos recursos federais evitando dispêndios desnecessários de recursos os quais comprometam a execução dos projetos e objetos pactuados.
GM	OUVID	5626078	Sudam	Outro	Outra	Não	12 e 13 de setembro de 2023	Auditório da Codevasf	GM, OGU/CGU, SNAI/CGU, PR/CODEVASF, OUV/MIDR E VINCULADAS, OUV/MCID, OUV/MCTI	Compartilhamento de boas-práticas e experiências, palestras de capacitação	Aperfeiçoamento de conhecimentos e trocas de experiências sobre Acesso à Informação, Tratamento de Denúncias, geração de valor com dados do serviço de atendimento, módulo de triagem e tratamento do Fala.Br.
GM	OUVID	5626078	Sudene	Outro	Outra	Não	13 e 13 de setembro de 2023	Auditório da Codevasf	GM, OGU/CGU, SNAI/CGU, PR/CODEVASF, OUV/MIDR E VINCULADAS, OUV/MCID, OUV/MCTI	Compartilhamento de boas-práticas e experiências, palestras de capacitação	Aperfeiçoamento de conhecimentos e trocas de experiências sobre Acesso à Informação, Tratamento de Denúncias, geração de valor com dados do serviço de atendimento, módulo de triagem e tratamento do Fala.Br.
GM	OUVID	5626078	Sudeco	Outro	Outra	Não	14 e 13 de setembro de 2023	Auditório da Codevasf	GM, OGU/CGU, SNAI/CGU, PR/CODEVASF, OUV/MIDR E VINCULADAS, OUV/MCID, OUV/MCTI	Compartilhamento de boas-práticas e experiências, palestras de capacitação	Aperfeiçoamento de conhecimentos e trocas de experiências sobre Acesso à Informação, Tratamento de Denúncias, geração de valor com dados do serviço de atendimento, módulo de triagem e tratamento do Fala.Br.
GM	OUVID	5626078	ANA	Outro	Outra	Não	15 e 13 de setembro de 2023	Auditório da Codevasf	GM, OGU/CGU, SNAI/CGU, PR/CODEVASF, OUV/MIDR E VINCULADAS, OUV/MCID, OUV/MCTI	Compartilhamento de boas-práticas e experiências, palestras de capacitação	Aperfeiçoamento de conhecimentos e trocas de experiências sobre Acesso à Informação, Tratamento de Denúncias, geração de valor com dados do serviço de atendimento, módulo de triagem e tratamento do Fala.Br.
GM	OUVID	5626078	DNOCS	Outro	Outra	Não	16 e 13 de setembro de 2023	Auditório da Codevasf	GM, OGU/CGU, SNAI/CGU, PR/CODEVASF, OUV/MIDR E VINCULADAS, OUV/MCID, OUV/MCTI	Compartilhamento de boas-práticas e experiências, palestras de capacitação	Aperfeiçoamento de conhecimentos e trocas de experiências sobre Acesso à Informação, Tratamento de Denúncias, geração de valor com dados do serviço de atendimento, módulo de triagem e tratamento do Fala.Br.
GM	OUVID	5626078	Codevasf	Outro	Outra	Não	17 e 13 de setembro de 2023	Auditório da Codevasf	GM, OGU/CGU, SNAI/CGU, PR/CODEVASF, OUV/MIDR E VINCULADAS, OUV/MCID, OUV/MCTI	Compartilhamento de boas-práticas e experiências, palestras de capacitação	Aperfeiçoamento de conhecimentos e trocas de experiências sobre Acesso à Informação, Tratamento de Denúncias, geração de valor com dados do serviço de atendimento, módulo de triagem e tratamento do Fala.Br.
GM	OUVID	5626078	Sudam	Outro	Outra	Não	13 de novembro de 2023	Microsoft Teams	OUV/MIDR E VINCULADAS	Apresentação do funcionamento da ouvidoria da Sudam	Identificação de fragilidades e oportunidades de apoio por parte do MIDR, compartilhamento de conhecimentos e trocas de experiências, com foco na realidade da vinculada.
GM	OUVID	5626078	Sudene	Outro	Outra	Não	25 de outubro de 2023	Microsoft Teams	OUV/MIDR E VINCULADAS	Apresentação do funcionamento da ouvidoria da Sudene	Identificação de fragilidades e oportunidades de apoio por parte do MIDR, compartilhamento de conhecimentos e trocas de experiências, com foco na realidade da vinculada.
GM	OUVID	5626078	Sudeco	Outro	Outra	Não	10 de novembro de 2023	Microsoft Teams	OUV/MIDR E VINCULADAS	Apresentação do funcionamento da ouvidoria da Sudeco	Identificação de fragilidades e oportunidades de apoio por parte do MIDR, compartilhamento de conhecimentos e trocas de experiências, com foco na realidade da vinculada.
GM	OUVID	5626078	ANA	Outro	Outra	Não	6 de dezembro de 2023	Microsoft Teams	OUV/MIDR E VINCULADAS	Apresentação do funcionamento da ouvidoria da ANA	Identificação de fragilidades e oportunidades de apoio por parte do MIDR, compartilhamento de conhecimentos e trocas de experiências, com foco na realidade da vinculada.
GM	OUVID	5626078	DNOCS	Outro	Outra	Não	9 de novembro de 2023	Microsoft Teams	OUV/MIDR E VINCULADAS	Apresentação do funcionamento da ouvidoria do DNOCS	Identificação de fragilidades e oportunidades de apoio por parte do MIDR, compartilhamento de conhecimentos e trocas de experiências, com foco na realidade da vinculada.
GM	OUVID	5626078	Codevasf	Outro	Outra	Não	14 de novembro de 2023	Microsoft Teams	OUV/MIDR E VINCULADAS	Apresentação do funcionamento da ouvidoria da CODEVASF	Identificação de fragilidades e oportunidades de apoio por parte do MIDR, compartilhamento de conhecimentos e trocas de experiências, com foco na realidade da vinculada.
GM	CORREG	5620072	DNOCS	Controle, Integridade, Transparência e Risco	Outra	Sim				Subsidiar tecnicamente o Ministro no julgamento de Processos Administrativos Disciplinares e na aplicação de penalidades a servidores oriundos de autarquias vinculadas	Processo Administrativo Disciplinar n. 59000.004488/2022-19 (Julgado) Processo Administrativo Disciplinar n. 59000.016856/2022-63 (Arquivado por prescrição da pretensão punitiva) Processo Administrativo Disciplinar n. 59000.018815/2022-10 (Julgado) Processo Administrativo Disciplinar - Rito Sumário n. 59000.005394/2022-59 (Arquivado por prescrição da pretensão punitiva) Processo Administrativo Disciplinar - Rito Sumário n. 59000.005323/2022-56 (Arquivado por prescrição da pretensão punitiva) Processo Administrativo Disciplinar - Rito Sumário n. 59000.000905/2021-65 (Penalidade tornada sem efeito por decisão judicial)

Relatório das atividades de supervisão ministerial de 2023											
Secretaria	Diretoria	N. SEI	Entidade vinculada (escolher uma opção na lista em cada célula; caso mais de uma entidade vinculada participe da atividade é necessário preencher uma linha para cada entidade vinculada)	Modalidade da atividade de supervisão ministerial (escolher uma opção na lista em cada célula)	Alinhamento da atividade de supervisão ministerial com as políticas sob gestão do MIDR (escolher uma opção na lista em cada célula)	É uma atividade contínua ou de múltiplas reuniões? (somente se a resposta for não será necessário preencher as colunas Data, Local e Participantes)	Data (informar a data em que ocorreu a atividade)	Local (informar o local onde ocorreu a atividade realizada)	Participantes (informar as siglas das áreas participantes, considerando até o segundo nível da hierarquia organizacional)	Descrição da atividade da supervisão ministerial (informar a ação realizada; caso mais de uma entidade vinculada participe da atividade é necessário preencher uma linha para cada entidade vinculada)	Descrição do resultado alcançado a partir da atividade realizada (resultado obtido com a atividade realizada)
GM	ASSIN	5565539	SUDAM	Outro	Planos, programas, projetos e ações de desenvolvimento regional	Sim	12 de setembro de 2023	Brasília		Assinatura de memorando de entendimentos com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), Objetivo: fornecer uma estrutura para a colaboração entre as Partes para promover suas metas e objetivos compartilhados no que diz respeito à promoção do desenvolvimento inclusivo e sustentável na Amazônia Legal, com ações relacionadas ao Desenvolvimento Territorial Sustentável com ênfase na inclusão socioprodutiva de populações tradicionais e/ou mais vulneráveis, a redução das desigualdades sociais e a erradicação da pobreza.	Memorando de entendimentos assinado com o apoio das secretarias envolvidas e da assessoria especial de assuntos internacionais do MIDR. SEI: 59000.012390/2023-16
GM	ASSIN	5565539	ANA	Outro	Outra	Sim	20 de setembro de 2023	Brasília		Oficina para a América Latina e o Caribe sobre o Sistema de Apoio a Políticas para o ODS-6 (SDG-PSS)	Organizado pelo Escritório das Nações Unidas para Desenvolvimento Sustentável (UNOSD), Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) do Brasil, Instituto das Nações Unidas para Água, Meio Ambiente e Saúde (UNU-INWEH), Centro Internacional da UNESCO para Segurança da Água e Gestão Sustentável (UNESCO i-WSSM) e Corporação de Recursos Hídricos da Coreia (K-water). Teve como objetivo de contribuir para o uso e implementação ampliados do SDG-PSS na América Latina e do Caribe.
GM	ASSIN	5565539	SUDAM	Outro	Outra	Sim	8 e 9 de agosto de 2023	Belém/PA		Diálogos e Cúpula da Amazônia	Assinatura do Pacto pela Governança das Águas com o Governo do Pará
GM	AESPAR	5635288	DNOCS	Outro	Não se aplica	Não				• Solicitação do posicionamento da Coligada em relação as proposições (Projetos de Lei, Requerimento de Informação, Indicação entre outros) em trâmite no Congresso Nacional, Senado Federal e Câmara dos Deputados (EXEMPLO: Processo SEI 59000.001512/2024-11); • Acompanhamento dos Termos de Execução Descentralizada (TED)	• Com as manifestações obtidas pelas Coligadas é possível fazer a intermediação e adequação dos objetivos do MIDR, bem como as articulações com os parlamentares e a Presidência da República (EXEMPLO: Processo SEI 59000.000431/2024-02); • A finalização da descentralização do recurso.
GM	AESPAR	5635288	Codevasf	Outro	Não se aplica	Não				• Solicitação do posicionamento da Coligada em relação as proposições (Projetos de Lei, Requerimento de Informação, Indicação entre outros) em trâmite no Congresso Nacional, Senado Federal e Câmara dos Deputados (EXEMPLO: Processo SEI 59000.001512/2024-11); • Acompanhamento dos Termos de Execução Descentralizada (TED)	• Com as manifestações obtidas pelas Coligadas é possível fazer a intermediação e adequação dos objetivos do MIDR, bem como as articulações com os parlamentares e a Presidência da República (EXEMPLO: Processo SEI 59000.000431/2024-02); • A finalização da descentralização do recurso.
GM	AESPAR	5635288	Sudene	Outro	Não se aplica	Não				• Solicitação do posicionamento da Coligada em relação as proposições (Projetos de Lei, Requerimento de Informação, Indicação entre outros) em trâmite no Congresso Nacional, Senado Federal e Câmara dos Deputados (EXEMPLO: Processo SEI 59000.001512/2024-11); • Acompanhamento dos Termos de Execução Descentralizada (TED)	• Com as manifestações obtidas pelas Coligadas é possível fazer a intermediação e adequação dos objetivos do MIDR, bem como as articulações com os parlamentares e a Presidência da República (EXEMPLO: Processo SEI 59000.000431/2024-02); • A finalização da descentralização do recurso.
GM	AESPAR	5635288	Sudam	Outro	Não se aplica	Não				• Solicitação do posicionamento da Coligada em relação as proposições (Projetos de Lei, Requerimento de Informação, Indicação entre outros) em trâmite no Congresso Nacional, Senado Federal e Câmara dos Deputados (EXEMPLO: Processo SEI 59000.001512/2024-11); • Acompanhamento dos Termos de Execução Descentralizada (TED)	• Com as manifestações obtidas pelas Coligadas é possível fazer a intermediação e adequação dos objetivos do MIDR, bem como as articulações com os parlamentares e a Presidência da República (EXEMPLO: Processo SEI 59000.000431/2024-02); • A finalização da descentralização do recurso.
GM	AESPAR	5635288	Sudeco	Outro	Não se aplica	Não				• Solicitação do posicionamento da Coligada em relação as proposições (Projetos de Lei, Requerimento de Informação, Indicação entre outros) em trâmite no Congresso Nacional, Senado Federal e Câmara dos Deputados (EXEMPLO: Processo SEI 59000.001512/2024-11); • Acompanhamento dos Termos de Execução Descentralizada (TED)	• Com as manifestações obtidas pelas Coligadas é possível fazer a intermediação e adequação dos objetivos do MIDR, bem como as articulações com os parlamentares e a Presidência da República (EXEMPLO: Processo SEI 59000.000431/2024-02); • A finalização da descentralização do recurso.
GM	AESPAR	5635288	ANA	Outro	Não se aplica	Não				• Solicitação do posicionamento da Coligada em relação as proposições (Projetos de Lei, Requerimento de Informação, Indicação entre outros) em trâmite no Congresso Nacional, Senado Federal e Câmara dos Deputados (EXEMPLO: Processo SEI 59000.001512/2024-11); • Acompanhamento dos Termos de Execução Descentralizada (TED)	• Com as manifestações obtidas pelas Coligadas é possível fazer a intermediação e adequação dos objetivos do MIDR, bem como as articulações com os parlamentares e a Presidência da República (EXEMPLO: Processo SEI 59000.000431/2024-02); • A finalização da descentralização do recurso.
SE	DIORF	5698757	DNOCS	Aprovação da proposta orçamentária e da programação financeira	Outra	Sim				Apoio às atividades relacionadas ao orçamento e financeiro da Vinculada, de acordo ao cenário fiscal do Governo e os limites orçamentários e financeiros disponibilizados pelo Ministério do Planejamento e da Fazenda	Possibilidade de pagamento das demandas da vinculada, desde a emissão do empenho até o pagamento da despesa.
SE	DIORF	5698757	DNOCS	Fixação das despesas de pessoal e de administração	Outra	Sim				Apoio às atividades relacionadas ao pagamento da folha de pessoal da Vinculada, como aprovação pela LOA e solicitações de créditos adicionais caso necessário no decorrer do exercício financeiro.	Pagamento da folha salarial da vinculada, incluindo às despesas compessoal ativo e inativo.
SE	DIORF	5698757	DNOCS	Recebimento e análise de relatórios, boletins, balancetes, balanços e outras informações	Outra	Sim				Apoio às atividades relacionadas à contabilidade das Vinculadas	Controle dos saldos contábeis da Unidade Vinculada
SE	DIORF	5698757	Sudam	Orçamento	Outra	Sim				Apoio às atividades relacionadas ao orçamento da Vinculada, como elaboração do PLOA, Alterações Orçamentárias e outras atividades inerentes a esses processos.	Elaboração da peça orçamentária e suas alterações que visam atender às necessidades da vinculada, dentro do cenário fiscal do Governo Federal.
SE	DIORF	5698757	Sudam	Controle Financeiro	Outra	Sim				Apoio às atividades relacionadas a disponibilidade financeira da Vinculada, de acordo ao cenário fiscal do Governo Federal e os limites financeiros disponibilizados pelo Ministério da Fazenda.	Possibilidade de pagamento das demandas da vinculada, seja para pagamento de faturas administrativas como para execução de contratos e convênios.
SE	DIORF	5698757	Sudam	Aprovação da proposta orçamentária e da programação financeira	Outra	Sim				Apoio às atividades relacionadas ao orçamento e financeiro da Vinculada, de acordo ao cenário fiscal do Governo e os limites orçamentários e financeiros disponibilizados pelo Ministério do Planejamento e da Fazenda	Possibilidade de pagamento das demandas da vinculada, desde a emissão do empenho até o pagamento da despesa.
SE	DIORF	5698757	Sudam	Fixação das despesas de pessoal e de administração	Outra	Sim				Apoio às atividades relacionadas ao pagamento da folha de pessoal da Vinculada, como aprovação pela LOA e solicitações de créditos adicionais caso necessário no decorrer do exercício financeiro.	Pagamento da folha salarial da vinculada, incluindo às despesas compessoal ativo e inativo.
SE	DIORF	5698757	Sudam	Recebimento e análise de relatórios, boletins, balancetes, balanços e outras informações	Outra	Sim				Apoio às atividades relacionadas à contabilidade das Vinculadas	Controle dos saldos contábeis da Unidade Vinculada
SE	DIORF	5698757	Sudeco	Orçamento	Outra	Sim				Apoio às atividades relacionadas ao orçamento da Vinculada, como elaboração do PLOA, Alterações Orçamentárias e outras atividades inerentes a esses processos.	Elaboração da peça orçamentária e suas alterações que visam atender às necessidades da vinculada, dentro do cenário fiscal do Governo Federal.

Relatório das atividades de supervisão ministerial de 2023											
						(preencher as colunas abaixo apenas se a resposta da coluna anterior foi não)					
Secretaria	Diretoria	N. SEI	Entidade vinculada (escolher uma opção na lista em cada célula; caso mais de uma entidade vinculada participe da atividade é necessário preencher uma linha para cada entidade vinculada)	Modalidade da atividade de supervisão ministerial (escolher uma opção na lista em cada célula)	Alinhamento da atividade de supervisão ministerial com as políticas sob gestão do MIDR (escolher uma opção na lista em cada célula)	É uma atividade contínua ou de múltiplas reuniões? (somente se a resposta for não será necessário preencher as colunas Data, Local e Participantes)	Data (informar a data em que ocorreu a atividade)	Local (informar o local onde ocorreu a atividade realizada)	Participantes (informar as siglas das áreas participantes, considerando até o segundo nível da hierarquia organizacional)	Descrição da atividade de supervisão ministerial (informar a ação realizada; caso mais de uma entidade vinculada participe da atividade é necessário preencher uma linha para cada entidade vinculada)	Descrição do resultado alcançado a partir da atividade realizada (resultado obtido com a atividade realizada)
SE	DIORF	5698757	Sudeco	Controle Financeiro	Outra	Sim				Apóio às atividades relacionadas a disponibilidade financeira da Vinculada, de acordo ao cenário fiscal do Governo Federal e os limites financeiros disponibilizados pelo Ministério da Fazenda.	Possibilidade de pagamento das demandas da vinculada, seja para pagamento de faturas administrativas como para execução de contratos e convênios.
SE	DIORF	5698757	Sudeco	Aprovação da proposta orçamentária e da programação financeira	Outra	Sim				Apóio às atividades relacionadas ao orçamento e financeiro da Vinculada, de acordo ao cenário fiscal do Governo e os limites orçamentários e financeiros disponibilizados pelo Ministério do Planejamento e da Fazenda	Possibilidade de pagamento das demandas da vinculada, desde a emissão do empenho até o pagamento da despesa.
SE	DIORF	5698757	Sudeco	Fixação das despesas de pessoal e de administração	Outra	Sim				Apóio às atividades relacionadas ao pagamento da folha de pessoal da Vinculada, como aprovação pela LOA e solicitações de créditos adicionais caso necessário no decorrer do exercício financeiro.	Pagamento da folha salarial da vinculada, incluindo às despesas compessoal ativo e inativo.
SE	DIORF	5698757	Sudeco	Recebimento e análise de relatórios, boletins, balancetes, balanços e outras informações	Outra	Sim				Apóio às atividades relacionadas à contabilidade das Vinculadas	Controle dos saldos contábeis da Unidade Vinculada
SE	DIORF	5698757	Sudene	Orçamento	Outra	Sim				Apóio às atividades relacionadas ao orçamento da Vinculada, como elaboração do PLOA, Alterações Orçamentárias e outras atividades inerentes a esses processos.	Elaboração da peça orçamentária e suas alterações que visam atender às necessidades da vinculada, dentro do cenário fiscal do Governo Federal.
SE	DIORF	5698757	Sudene	Controle Financeiro	Outra	Sim				Apóio às atividades relacionadas a disponibilidade financeira da Vinculada, de acordo ao cenário fiscal do Governo Federal e os limites financeiros disponibilizados pelo Ministério da Fazenda.	Possibilidade de pagamento das demandas da vinculada, seja para pagamento de faturas administrativas como para execução de contratos e convênios.
SE	DIORF	5698757	Sudene	Aprovação da proposta orçamentária e da programação financeira	Outra	Sim				Apóio às atividades relacionadas ao orçamento e financeiro da Vinculada, de acordo ao cenário fiscal do Governo e os limites orçamentários e financeiros disponibilizados pelo Ministério do Planejamento e da Fazenda	Possibilidade de pagamento das demandas da vinculada, desde a emissão do empenho até o pagamento da despesa.
SE	DIORF	5698757	Sudene	Fixação das despesas de pessoal e de administração	Outra	Sim				Apóio às atividades relacionadas ao pagamento da folha de pessoal da Vinculada, como aprovação pela LOA e solicitações de créditos adicionais caso necessário no decorrer do exercício financeiro.	Pagamento da folha salarial da vinculada, incluindo às despesas compessoal ativo e inativo.
SE	DIORF	5698757	Sudene	Recebimento e análise de relatórios, boletins, balancetes, balanços e outras informações	Outra	Sim				Apóio às atividades relacionadas à contabilidade das Vinculadas	Controle dos saldos contábeis da Unidade Vinculada
SE	DIORF	5698757	Codevasf	Orçamento	Outra	Sim				Apóio às atividades relacionadas ao orçamento da Vinculada, como elaboração do PLOA, Alterações Orçamentárias e outras atividades inerentes a esses processos.	Elaboração da peça orçamentária e suas alterações que visam atender às necessidades da vinculada, dentro do cenário fiscal do Governo Federal.
SE	DIORF	5698757	Codevasf	Controle Financeiro	Outra	Sim				Apóio às atividades relacionadas a disponibilidade financeira da Vinculada, de acordo ao cenário fiscal do Governo Federal e os limites financeiros disponibilizados pelo Ministério da Fazenda.	Possibilidade de pagamento das demandas da vinculada, seja para pagamento de faturas administrativas como para execução de contratos e convênios.
SE	DIORF	5698757	Codevasf	Aprovação da proposta orçamentária e da programação financeira	Outra	Sim				Apóio às atividades relacionadas ao orçamento e financeiro da Vinculada, de acordo ao cenário fiscal do Governo e os limites orçamentários e financeiros disponibilizados pelo Ministério do Planejamento e da Fazenda	Possibilidade de pagamento das demandas da vinculada, desde a emissão do empenho até o pagamento da despesa.
SE	DIORF	5698757	Codevasf	Fixação das despesas de pessoal e de administração	Outra	Sim				Apóio às atividades relacionadas ao pagamento da folha de pessoal da Vinculada, como aprovação pela LOA e solicitações de créditos adicionais caso necessário no decorrer do exercício financeiro.	Pagamento da folha salarial da vinculada, incluindo às despesas compessoal ativo e inativo.
SE	DIORF	5698757	Codevasf	Recebimento e análise de relatórios, boletins, balancetes, balanços e outras informações	Outra	Sim				Apóio às atividades relacionadas à contabilidade das Vinculadas	Controle dos saldos contábeis da Unidade Vinculada
SE	ASS-GAB	-	Codevasf	Orientação	Planos, programas, projetos e ações de infraestrutura e garantia da segurança hídrica	Sim	jan-2023 a dez-2023	Reuniões presenciais no DF e virtuais	GAB/Codevasf	Realização de reuniões de orientação, coordenação e monitoramento para a execução da carteira de obras de segurança hídrica do Novo PAC.	Ao longo do ano foram realizadas reuniões para orientação, monitoramento e coordenação da execução das obras de infraestrutura hídrica que compõem a carteira do Novo PAC. Tal ação é fundamental também para a execução das ações orçamentárias destinadas a esta finalidade e quando necessário recompor recursos junto à Casa Civil e Ministério da Fazenda.
SE	ASS-GAB	-	DNOCS	Orientação	Planos, programas, projetos e ações de infraestrutura e garantia da segurança hídrica	Sim	jan-2023 a dez-2023	Reuniões presenciais no DF e virtuais	GAB/Dnocs	Realização de reuniões de orientação, coordenação e monitoramento para a execução da carteira de obras de segurança hídrica do Novo PAC.	Ao longo do ano foram realizadas reuniões para orientação, monitoramento e coordenação da execução das obras de infraestrutura hídrica que compõem a carteira do Novo PAC. Tal ação é fundamental também para a execução das ações orçamentárias destinadas a esta finalidade e quando necessário recompor recursos junto à Casa Civil e Ministério da Fazenda.
SE	ASS-GAB	-	Sudeco	Orientação	Planos, programas, projetos e ações de irrigação	Sim	jan-2023 a dez-2023	Reuniões presenciais no DF e virtuais	GAB/Sudeco	Realização de reuniões de orientação, coordenação e monitoramento para o atendimento do Art. 42 - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) que dispõe dos recursos destinados à irrigação. A União aplicará, durante 40 anos (1988 a 2028), 20% dos recursos na Região Centro-Oeste e 50% na Região Nordeste, preferencialmente no Semiárido.	Durante o ano foi possível acompanhar a execução dos recursos destinados à irrigação em cumprimento ao artigo 42 do ADCT. O não cumprimento do dispositivo pode ensejar em reprovação do TCU à prestação de contas da União. A aplicação do dispositivo em 2023 foi cumprida pelo MIDR e suas vinculadas, comprovado em relatório de atividades enviado ao TCU.
SE	ASS-GAB	-	Codevasf	Orientação	Planos, programas, projetos e ações de irrigação	Sim	jan-2023 a dez-2023	Reuniões presenciais no DF e virtuais	GAB/Codevasf	Realização de reuniões de orientação, coordenação e monitoramento para o atendimento do Art. 42 - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) que dispõe dos recursos destinados à irrigação. A União aplicará, durante 40 anos (1988 a 2028), 20% dos recursos na Região Centro-Oeste e 50% na Região Nordeste, preferencialmente no Semiárido.	Durante o ano foi possível acompanhar a execução dos recursos destinados à irrigação em cumprimento ao artigo 42 do ADCT. O não cumprimento do dispositivo pode ensejar em reprovação do TCU à prestação de contas da União. A aplicação do dispositivo em 2023 foi cumprida pelo MIDR e suas vinculadas, comprovado em relatório de atividades enviado ao TCU.
SE	ASS-GAB	-	DNOCS	Orientação	Planos, programas, projetos e ações de irrigação	Sim	jan-2023 a dez-2023	Reuniões presenciais no DF e virtuais	GAB/Dnocs	Realização de reuniões de orientação, coordenação e monitoramento para o atendimento do Art. 42 - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) que dispõe dos recursos destinados à irrigação. A União aplicará, durante 40 anos (1988 a 2028), 20% dos recursos na Região Centro-Oeste e 50% na Região Nordeste, preferencialmente no Semiárido.	Durante o ano foi possível acompanhar a execução dos recursos destinados à irrigação em cumprimento ao artigo 42 do ADCT. O não cumprimento do dispositivo pode ensejar em reprovação do TCU à prestação de contas da União. A aplicação do dispositivo em 2023 foi cumprida pelo MIDR e suas vinculadas, comprovado em relatório de atividades enviado ao TCU.
SE	ASS-GAB	-	Sudam	Coordenação	Não se aplica	Não	jan-2023 a abr-2023	Reuniões presenciais no DF e virtuais	GAB/Sudam	Realização de reuniões de orientação e coordenação da elaboração das entregas de 100 dias de governo.	Nos primeiros 100 dias de governo foi estruturada ação de coordenação das entregas do MIDR e suas vinculadas para compor documento de governo sobre o tema.
SE	ASS-GAB	-	Sudeco	Coordenação	Não se aplica	Não	jan-2023 a abr-2023	Reuniões presenciais no DF e virtuais	GAB/Sudeco	Realização de reuniões de orientação e coordenação da elaboração das entregas de 100 dias de governo.	Nos primeiros 100 dias de governo foi estruturada ação de coordenação das entregas do MIDR e suas vinculadas para compor documento de governo sobre o tema.
SE	ASS-GAB	-	Sudene	Coordenação	Não se aplica	Não	jan-2023 a abr-2023	Reuniões presenciais no DF e virtuais	GAB/Sudene	Realização de reuniões de orientação e coordenação da elaboração das entregas de 100 dias de governo.	Nos primeiros 100 dias de governo foi estruturada ação de coordenação das entregas do MIDR e suas vinculadas para compor documento de governo sobre o tema.
SE	ASS-GAB	-	ANA	Coordenação	Não se aplica	Não	jan-2023 a abr-2023	Reuniões presenciais no DF e virtuais	GAB/ANA	Realização de reuniões de orientação e coordenação da elaboração das entregas de 100 dias de governo.	Nos primeiros 100 dias de governo foi estruturada ação de coordenação das entregas do MIDR e suas vinculadas para compor documento de governo sobre o tema.

Relatório das atividades de supervisão ministerial de 2023											
						(preencher as colunas abaixo apenas se a resposta da coluna anterior foi não)					
Secretaria	Diretoria	N. SEI	Entidade vinculada (escolher uma opção na lista em cada célula; caso mais de uma entidade vinculada participe da atividade é necessário preencher uma linha para cada entidade vinculada)	Modalidade da atividade de supervisão ministerial (escolher uma opção na lista em cada célula)	Alinhamento da atividade de supervisão ministerial com as políticas sob gestão do MIDR (escolher uma opção na lista em cada célula)	É uma atividade contínua ou de múltiplas reuniões? (somente se a resposta for não será necessário preencher as colunas Data, Local e Participantes)	Data (informar a data em que ocorreu a atividade)	Local (informar o local onde ocorreu a atividade realizada)	Participantes (informar as siglas das áreas participantes, considerando até o segundo nível da hierarquia organizacional)	Descrição da atividade da supervisão ministerial (informar a ação realizada; caso mais de uma entidade vinculada participe da atividade é necessário preencher uma linha para cada entidade vinculada)	Descrição do resultado alcançado a partir da atividade realizada (resultado obtido com a atividade realizada)
SE	ASS-GAB	-	DNOCS	Coordenação	Não se aplica	Não	jan-2023 a abr-2023	Reuniões presenciais no DF e virtuais	GAB/Dnocs	Realização de reuniões de orientação e coordenação da elaboração das entregas de 100 dias de Governo.	Nos primeiros 100 dias de governo foi estruturada ação de coordenação das entregas do MIDR e suas vinculadas para compor documento de governo sobre o tema.
SE	ASS-GAB	-	Codevasf	Coordenação	Não se aplica	Não	jan-2023 a abr-2023	Reuniões presenciais no DF e virtuais	GAB/Codevasf	Realização de reuniões de orientação e coordenação da elaboração das entregas de 100 dias de Governo.	Nos primeiros 100 dias de governo foi estruturada ação de coordenação das entregas do MIDR e suas vinculadas para compor documento de governo sobre o tema.
SE	ASS-GAB	-	Sudam	Outro	Mais de uma política e/ou ação	Sim	nov-2023 a dez-2023	Reuniões presenciais no DF e virtuais	GAB/Sudam	Realização e reuniões para coordenação e acompanhamento das ações executadas pelo órgão em ação denominada "Balanço Radar".	Foi construída dinâmica de acompanhamento das principais ações em curso nas vinculadas durante o ano, de forma que o MIDR pudesse monitorar as atividades desenvolvidas pelas unidades. Como resultado, foi elaborada apresentação com a junção das ações de cada órgão.
SE	ASS-GAB	-	Sudeco	Outro	Mais de uma política e/ou ação	Sim	nov-2023 a dez-2023	Reuniões presenciais no DF e virtuais	GAB/Sudeco	Realização e reuniões para coordenação e acompanhamento das ações executadas pelo órgão em ação denominada "Balanço Radar".	Foi construída dinâmica de acompanhamento das principais ações em curso nas vinculadas durante o ano, de forma que o MIDR pudesse monitorar as atividades desenvolvidas pelas unidades. Como resultado, foi elaborada apresentação com a junção das ações de cada órgão.
SE	ASS-GAB	-	Sudene	Outro	Mais de uma política e/ou ação	Sim	nov-2023 a dez-2023	Reuniões presenciais no DF e virtuais	GAB/Sudene	Realização e reuniões para coordenação e acompanhamento das ações executadas pelo órgão em ação denominada "Balanço Radar".	Foi construída dinâmica de acompanhamento das principais ações em curso nas vinculadas durante o ano, de forma que o MIDR pudesse monitorar as atividades desenvolvidas pelas unidades. Como resultado, foi elaborada apresentação com a junção das ações de cada órgão.
SE	ASS-GAB	-	ANA	Outro	Mais de uma política e/ou ação	Sim	nov-2023 a dez-2023	Reuniões presenciais no DF e virtuais	GAB/Ana	Realização e reuniões para coordenação e acompanhamento das ações executadas pelo órgão em ação denominada "Balanço Radar".	Foi construída dinâmica de acompanhamento das principais ações em curso nas vinculadas durante o ano, de forma que o MIDR pudesse monitorar as atividades desenvolvidas pelas unidades. Como resultado, foi elaborada apresentação com a junção das ações de cada órgão.
SE	ASS-GAB	-	DNOCS	Outro	Mais de uma política e/ou ação	Sim	nov-2023 a dez-2023	Reuniões presenciais no DF e virtuais	GAB/Dnocs	Realização e reuniões para coordenação e acompanhamento das ações executadas pelo órgão em ação denominada "Balanço Radar".	Foi construída dinâmica de acompanhamento das principais ações em curso nas vinculadas durante o ano, de forma que o MIDR pudesse monitorar as atividades desenvolvidas pelas unidades. Como resultado, foi elaborada apresentação com a junção das ações de cada órgão.
SE	ASS-GAB	-	Codevasf	Outro	Mais de uma política e/ou ação	Sim	nov-2023 a dez-2023	Reuniões presenciais no DF e virtuais	GAB/Codevasf	Realização e reuniões para coordenação e acompanhamento das ações executadas pelo órgão em ação denominada "Balanço Radar".	Foi construída dinâmica de acompanhamento das principais ações em curso nas vinculadas durante o ano, de forma que o MIDR pudesse monitorar as atividades desenvolvidas pelas unidades. Como resultado, foi elaborada apresentação com a junção das ações de cada órgão.